

12º Fórum da Internet no Brasil

WORKSHOP

Governança para uma economia baseada em dados: tendências (inter)nacionais

2 de junho de 2022 | 17:10 – 18:40 (Brasília, UTC-3) | Sala 1, Hotel Holiday Inn | Natal-RN

RELATÓRIO FINAL

30.06.2022

1. Informações sobre a Atividade

1.1 TÍTULO

Governança para uma economia baseada em dados: tendências (inter)nacionais

1.2 RESUMO

O emprego de tecnologias emergentes na economia digital irá possibilitar o aumento exponencial do fluxo de dados produtivos e de consumo em benefício da inovação industrial e das aplicações de Inteligência Artificial. O acesso, armazenamento, compartilhamento e uso destes dados, no entanto, exige uma infraestrutura adequada, bem como uma governança de dados que permita a inovação e, ao mesmo tempo, garanta a conformidade regulatória. Este painel discute distintas abordagens em governança de dados para a economia digital e as boas-práticas internacionais que já vêm sendo implementadas.

1.3 PROPONENTE E CO-PROPONENTE

- Diálogo Digital Brasil-Alemanha | Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ Brasil | Organização Governamental
- Associação Brasileira da Internet Industrial – ABII | Organização Empresarial

1.4 PALESTRANTES

- **Claudio Goldbach**
 - Diretor | Associação Brasileira de Internet Industrial – ABII
 - Setor empresarial
 - Claudio Goldbach é engenheiro químico com 25 anos de experiência em processos térmicos. Foi CEO da PERFIL Group, holding controladora de empresas da área térmica, de 2009 a 2020. Ocupou diferentes cargos na PERFIL desde 1992. Também foi CEO da TERMICA Solutions (2005-2020). Claudio é atualmente Diretor da ABII – Associação Brasileira de Internet Industrial (IIoT) e Conselheiro da Rede MCTI/EMBRAPII de Inovação em IA. É pós-graduado em Gerenciamento Ambiental na Indústria pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e graduado em Engenharia Química também pela UFPR.
- **Miriam Wimmer**
 - Diretora | Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD
 - Setor governamental

- Miriam Wimmer é Diretora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) desde novembro de 2020. Também é professora no Instituto de Direito Público (IDP-Brasília) em tópicos relacionados a direito digital e proteção de dados pessoais. Foi servidora pública desde 2007, integrante da carreira de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações da Anatel. Ocupou diferentes cargos de direção no Ministério das Comunicações – MC e no Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, onde coordenou a elaboração da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. É Doutora em Políticas de Comunicação e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Direito Público e graduada em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).
- **Lorrayne Porciuncula**
 - Diretora, Datasphere Initiative | Internet & Jurisdiction Policy Network
 - Comunidade Científica e Tecnológica
 - Lorrayne Porciuncula é Diretora do Programa de Dados e Jurisdição e da Iniciativa Datasphere no Internet & Jurisdiction Policy Network. Exerceu o cargo de Assessora Estratégica para Políticas de Economia Digital na OCDE (2014-2020). É autora do relatório “We Need to Talk About Data: Framing the Discussion Around Free Flow of Data and Data Sovereignty”. Também trabalhou como economista na União Internacional de Telecomunicações (UIT), na Secretaria do UN-BBCom (2012-2014). É Afiliada do Berkman Klein Center for Internet & Society da Universidade de Harvard. É Mestre em Economia do Desenvolvimento pelo Instituto de Altos Estudos Internacionais e do Desenvolvimento (IHEID) e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB).
- **Andreas Weiss (vídeo input)**
 - Head de Negócios Digitais | Associação Alemã da Indústria da Internet – eco
 - Terceiro Setor / Associação
 - Andreas Weiss é Head de Negócios Digitais da Associação Alemã da Indústria da Internet (eco) desde 2017. Integra o Comitê Técnico de Serviços Federados da Gaia-X Association for Data and Cloud (AISBL). Também é Diretor da EuroCloud Germany, extensão alemã da EuroCloud Business Network, organização pan-europeia de computação em nuvem. Foi fundador e CEO da Ebuconnect GmbH, empresa alemã de serviços de software e consultoria. É graduado em Química pela Universidade de Köln.
- **Danilo Angelo**
 - Gerente de Contas e Pesquisa e Desenvolvimento | Instituto de Pesquisas Eldorado
 - Comunidade Científica e Tecnológica
 - Danilo Angelo é Gerente de Contas e Pesquisa e Desenvolvimento de Software no Instituto de Pesquisas Eldorado desde fevereiro de 2015. Ocupou diferentes cargos no Instituto de Pesquisas Eldorado desde 2001, onde coordenou a publicação de diversas patentes. Já exerceu o cargo de engenheiro de software em empresas como IBM (1993-1994) e Simula (2000-2001). É graduado em Engenharia da Computação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e possui MBA em Gestão de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- **Gianni Ricciardi**
 - Professor de Governança em TI e Conselheiro de Inovação | GoNew.co

- Terceiro Setor / Associação
- Gianni Ricciardi é professor de Governança e Gestão de TI na Faculdade de Informática e Administração Paulista (FIAP) desde 2007. Também é professor de Governança em TI no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) desde 2011 e professor convidado de Tecnologia da Informação na Faculdade Getúlio Vargas (FGV) desde 2010. Ocupa o cargo de especialista de Governança em TI na Organização Internacional de Normalização (ISO) desde 2019. É CEO da Sigmark, consultoria em estruturação e governança de Tecnologia da Informação, na qual desenvolveu o projeto de infraestrutura e compliance de TI no Aeroporto de Guarulhos (2012-2014). Também é Conselheiro de Inovação da GoNew.co. É Doutor em Administração pela Florida Christian University e Mestre em Engenharia da Computação pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

1.5 MODERADOR

- **Luc Wüst**
 - Assessor Técnico | Diálogo Digital Brasil-Alemanha | Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ
 - Setor governamental
 - Luc Wüst é Assessor Técnico no Secretariado do Diálogo Digital Brasil-Alemanha, implementado pela GIZ – Agência de cooperação internacional Alemã. Especialista em economia digital, desenvolvimento organizacional e implementação de políticas públicas. É Doutor em Estudos Organizacionais e Mestre em Direito e Economia pela Universidade de Sankt Gallen na Suíça.

1.6 RELATORIA

- **Johannes Klingberg**
 - Assessor Técnico | Diálogo Digital Brasil-Alemanha | Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ
 - Setor governamental
- **Lucas Cicero**
 - Assessor Técnico Júnior | Diálogo Digital Brasil-Alemanha | Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ
 - Setor governamental

2. Estruturação do Workshop

2.1 JUSTIFICATIVA DO TEMA

A economia é cada vez mais movida a dados. Hoje, as plataformas digitais baseiam seus modelos de negócios em dados para melhorar a entrega de serviços e aumentar o potencial de lucro, ao passo que governos utilizam de dados para digitalizar serviços e embasar a formulação de políticas públicas. Com a implementação do 5G no Brasil, a conectividade de indivíduos e máquinas dará mais um salto e multiplicará exponencialmente o fluxo de dados. Junto com todo potencial, a crescente dependência econômica sobre o compartilhamento de dados traz não apenas preocupações quanto à privacidade e soberania sobre uso

de dados pessoais, mas também considerações práticas sobre o desenvolvimento de uma infraestrutura segura, confiável e interoperável de dados que seja acessível a pequenos e médios provedores.

A combinação de como estruturar um ecossistema de dados e definir o conjunto de regras para compartilhamento de dados neste ecossistema é entendida como governança de dados. Existem várias abordagens para a governança de dados, a depender dos valores subjacentes e das estruturas regulatórias já existentes. Na União Europeia, por exemplo, há abordagens que visam criar ecossistemas baseados nos valores de abertura, transparência, soberania e interoperabilidade de dados, de modo a nutrir a confiança do setor produtivo e fomentar a inovação industrial através do compartilhamento de dados. No Brasil, a discussão sobre governança de dados é ainda incipiente e pouco institucionalizada.

2.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo do painel, portanto, foi discutir possíveis abordagens para a governança de dados no Brasil informadas por boas práticas internacionais. Os painelistas convidados buscaram oferecer perspectivas dos setores público e privado e da academia quanto a necessidade de desenvolvimento de infraestrutura, inovação, regulação, e iniciativas de inclusão de pequenos e médios provedores para o debate sobre um modelo de governança de dados no Brasil. Os participantes também trouxeram boas-práticas e casos de uso de modelos internacionais, incluindo Gaia-X, iniciativa multilateral da União Europeia para a criação de um ecossistema de dados baseado no princípio de *"free flow of data with trust"*.

2.3 RESULTADOS ESPERADOS

O painel, coorganizado pelo Diálogo Digital Brasil-Alemanha e a Associação Brasileira da Internet Industrial (ABII) buscou atingir os seguintes resultados:

- Impulsionar o diálogo nacional sobre possíveis abordagens para governança de dados no Brasil informadas pelas boas práticas internacionais.
- Integrar perspectivas multisetoriais quanto ao desenvolvimento de um ecossistema de dados, definição de princípios e possíveis modelos de governança de dados no Brasil.
- Trazer boas-práticas e casos de uso de iniciativas internacionais em governança de dados para o público nacional, incluindo o Gaia-X, iniciativa multilateral iniciada e liderada por países europeus para a criação de um ecossistema de dados.

2.4 RESULTADOS OBTIDOS

A sessão, coorganizada pelo Diálogo Digital Brasil-Alemanha e a Associação Brasileira da Internet Industrial (ABII) obteve êxito nos seguintes resultados:

- A sessão obteve **êxito em impulsionar o diálogo nacional** sobre possíveis abordagens para governança de dados no Brasil informadas pelas boas práticas internacionais. Houve um consenso de que o debate em governança de dados no Brasil é ainda incipiente e requer uma discussão sistemática. Representantes de múltiplos setores também concordaram em estruturar um consórcio que buscasse a aplicação concreta de um ecossistema de dados no Brasil em cadeias de valor automobilísticas com interoperabilidade ao Gaia-X (*Ecossistema Catena-X*).
- A sessão obteve **êxito em integrar perspectivas multisetoriais** quanto ao desenvolvimento de um ecossistema de dados, definição de princípios e possíveis modelos de governança de dados no Brasil. O painel não apenas fomentou o intercâmbio de ideias entre representantes dos setores público, privado, associações e instituições de pesquisa, mas também criou consenso entre todos os painelistas de que Abordagens internacionais de governança de dados já existentes devem ser

alavancadas e podem alimentar a construção de um modelo brasileiro. O painel também foi exitoso em providenciar encaminhamentos concretos a discussão sobre *data spaces*, ex. para a indústria 4.0.

- A sessão obteve **êxito em trazer boas-práticas internacionais** em governança de dados para o público nacional, incluindo o Gaia-X, iniciativa multilateral, iniciado e liderado por países europeus para a criação de um ecossistema de dados. O painel foi capaz de apontar múltiplas vezes para o ecossistema Gaia-X e trazer uma contribuição por vídeo para explicar a iniciativa, seus componentes básicos e mecanismos de integração. A expectativa inicial também foi superada com o interesse por parte da Associação Gaia-X (na qual a Alemanha está representada pela Associação Alemã da Indústria da Internet – eco) em instalar um Hub Gaia-X no Brasil, o primeiro do gênero na América Latina.

2.5 RELEVÂNCIA DO TEMA PARA A GOVERNANÇA DA INTERNET NO BRASIL

Os ecossistemas de dados compõem a infraestrutura necessária para uma economia digital baseada na troca de dados em transações financeiras, interações sociais, linhas de produção automatizadas, aplicativos inteligentes, ou na formulação de políticas baseadas em evidências. No entanto, o acesso, armazenamento, compartilhamento e uso de dados, especialmente dados pessoais, são cada vez mais regulamentados e protegidos no Brasil (e.g. Lei Geral de Proteção de Dados) e no mundo (e.g. *General Data Protection Regulation* na União Europeia).

Com a exigência de proteção adequada e soberania sobre o uso de dados, de um lado, e a demanda por progresso tecnológico, de outro, abordagens sobre como os dados devem ser trocados entre organizações, indústrias ou fronteiras nacionais são cada vez mais necessárias. Uma abordagem sistemática para a governança de dados é de extrema importância se a economia digital deve servir tanto ao crescimento econômico quanto aos direitos individuais e coletivos ao uso de dados. Esta perspectiva sistêmica informa várias iniciativas, por exemplo, a Lei de Governança de Dados ou a Lei de Inteligência Artificial da União Europeia. À luz de requisitos de proteção de dados semelhantes no Brasil, paralelos com a UE podem estimular discussões frutíferas para impulsionar o diálogo nacional sobre um ecossistema de dados brasileiro e um sistema de governança de dados correspondente.

2.6 METODOLOGIA E INTERAÇÃO DA AUDIÊNCIA

A proposta pelo Workshop consistiu em uma discussão de painel mediada e interativa (método *Talkshow*) entre especialistas técnicos e representantes dos setores público, privado e academia, visando uma ampla audiência de representantes de instituições reguladoras, empresas, instituições de pesquisa e desenvolvimento, alunos e demais partes interessadas. Ademais, o painel pôde contar com uma contribuição pré-gravada do especialista internacional sobre o desenvolvimento de iniciativas de governança de dados na Europa (Andreas Weiss da Associação Alemã da Internet Industrial sobre a infraestrutura e os serviços da Federação Gaia-X).

A sessão foi concebida em formato híbrido, com contribuições de painelistas e da audiência de forma presencial e online. Para viabilizar um painel o mais interativo possível e facilitar a discussão entre painelistas, as contribuições foram divididas em duas rodadas, separadas por uma contribuição por vídeo de aproximadamente 6-8 minutos. Enquanto a primeira rodada de discussão buscou abordar a situação atual da governança de dados no Brasil e a necessidade do desenvolvimento um ecossistema de dados soberano, a segunda rodada buscou pensar caminhos de solução e trazer boas práticas internacionais.

Ao decorrer de ambas as rodadas, os painelistas puderam deixar suas observações como resposta às perguntas do moderador. Para fomentar a interação e a formulação de perguntas da audiência, a sessão também fez uso de ferramenta virtual (*Mentimeter*) para viabilizar enquetes em tempo real acerca das melhores práticas e interesses não abordados pelas contribuições dos painelistas. A enquete lançou três perguntas para elencar temas de maior interesse por meio de uma nuvem de palavras e subsequentemente verificar o grau de concordância da audiência com os conceitos de governança de dados citados.

3. Síntese do Debate

3.1 CONCLUSÕES-CHAVE

A sessão, coorganizada pelo Diálogo Digital Brasil-Alemanha e a Associação Brasileira da Internet Industrial (ABII) facilitou as seguintes conclusões-chave:

- **CONCORDÂNCIA: Há necessidade de discussão sistemática sobre um modelo de governança de dados no Brasil**

Todos os painelistas abordaram o fato de que a economia está velozmente se adaptando à integração de dados nas cadeias de valor. Esta mudança de paradigma faz surgir contradições claras entre o uso de dados como insumo econômico e o direito a proteção e privacidade. Questões relacionados a propriedade (quem se apropria dos valores que os dados geram) e a posse (quem detém o direito de uso) e aos padrões de comercialização de dados tanto pessoais como produtivos não parecem possuir respostas claras no atual ordenamento brasileiro. Todos os painelistas pareceram concordam, portanto, que há necessidade de discussão urgente e sistemática sobre um modelo de governança de dados no Brasil.

- **CONCORDÂNCIA: Abordagens internacionais de governança de dados já existentes devem ser alavancadas e podem alimentar a construção de um modelo brasileiro**

O debate entre os painelistas convergiu para a noção comum de que abordagens internacionais de governança de dados já existentes são suficientemente robustas para informar a construção de um modelo brasileiro e trazem vantagens adicionais em termos de interoperabilidade de dados. Uma vez que a criação de um modelo próprio de governança regional na América Latina ou no Brasil ainda não soluciona por completo questões relacionadas a interoperabilidade de dados, a adesão a iniciativas já existentes, como o Gaia-X na Europa, parece uma alternativa viável por meio da qual o Brasil poderia avançar sua própria discussão. Compartilhar de um mesmo modelo participativo de governança de dados, com standards e padrões semelhantes, é imperativo para garantir a interoperabilidade e a adoção de um único sistema de governança para toda cadeia de valor. Os painelistas pareceram concordar que diferentes abordagens existentes, como o Gaia-X, podem ser adotadas como base para informar a construção de um modelo próprio ou ainda mais facilmente alavancadas no Brasil.

- **DIVERGÊNCIA: O debate sobre governança de dados no Brasil ainda é muito incipiente para permitir a formulação de um consenso em torno de um modelo a ser adotado**

O ambiente regulatório complexo e a variedade de atores tornam difícil a formulação de um consenso em torno de um único modelo de governança de dados no Brasil. Neste contexto, certa dissonância criativa é bem-vinda para propor novas soluções e consolidar próximos-passos na construção de abordagens de governança de dados para o Brasil. A rapidez do desenvolvimento da economia digital e a multiplicação de atores econômicos torna inviável, neste caso, o emprego do processo normativo tradicional para acatar um modelo de governança de dados. Embora certa agilidade e flexibilidade no processo regulatório seja necessária, ainda é cedo para se estabelecer um consenso sobre caminhos mais claros que permitam o avanço rápido da discussão. Tanto a adoção de sandboxes regulatórios, a determinação de *data spaces*, como o próprio modelo do ecossistema Gaia-X pareceram ser pontos de partida promissores, mas, no contexto atual, ainda se é necessário facilitar um diálogo sistemático entre proponentes de diferentes soluções.

3.2 ROTEIRO DA SESSÃO E SÍNTESE DE POSICIONAMENTOS

1ª RODADA

- **Claudio Goldbach**

- ***Quais as principais dores para a indústria cujo modelo de negócio está baseado em dados?***
- A transformação digital da indústria, embora mais lenta do que a dos demais setores, envolve a adição de dados correlacionados ao produto na cadeia de valor. Produtos estão cada vez mais correlacionados a dados, no entanto não há determinação sobre o uso, posse ou propriedade dos dados. Para tanto, ecossistemas de dados deverão integrar serviços complementares ao processo de fabricação. Assim, no mercado da pessoa jurídica (B2B) as relações poderão ser pautadas por princípios de confiabilidade, interoperabilidade e soberania de dados, deixando claro a distinção entre propriedade e posse de dados correlacionados ao produto na cadeia de valor. O histórico do uso de dados no mercado de pessoas físicas (B2C), envolvendo manipulação e mal-uso de dados, mostra que a governança de dados não é uma questão trivial, mas sim um problema complexo.

- **Miriam Wimmer**

- ***Do ponto de vista do regulador, quais os maiores desafios para sistematização da discussão sobre governança para uma economia baseada em dados?***
- Falar de governança de dados é falar de uma visão mais ampla sobre a função que os dados podem desempenhar como insumo econômico e estratégico. Todas as estratégias de digitalização no Brasil têm em comum a percepção da centralidade dos dados, pessoal ou não pessoal. A discussão de governança de dados, embora ainda não sistematizada na forma de uma estratégia, tem diferentes vertentes sempre associadas ao uso estratégico de dados. Para fins didáticos é interessante dividir a discussão em dois aspectos: dados custodiados pelo Poder Público (políticas de dados abertos para promover controle social, *accountability*, transparência e trazer a melhor provisão de serviços públicos), e dados compartilhados entre atores privados. O principal desafio para sistematizar a discussão reside na própria natureza do dado e na necessidade de coordenação em um ecossistema complexo de atores que tomam decisões sobre o uso de dados.

- **Lorrayne Porciuncula**

- ***Como avaliar o desenvolvimento da discussão sobre governança de dados no Brasil e na América Latina em comparação a outras regiões?***
- Na dimensão política, a Europa está na vanguarda de um arcabouço jurídico e regulatório sobre o uso de dados. Outras regiões estão avançando mais lentamente sobre arcabouços regulatórios e estratégias normativas, como América Latina, Ásia e África, respectivamente. Na América Latina, porém, o Brasil figura como país com performance mais avançada. O maior problema na América Latina é a falta de integração regional de políticas para dados, que não consegue competir com iniciativas de harmonização do arcabouço regulatório regional promovidas pela União Africana e ASEAN. A dimensão econômica, por sua vez, é um reflexo da competitividade. Nestes quesitos, se destacam o Sudeste Asiático, Oriente Médio e Norte da África, países que exportam mais serviços digitais do que o esperado para seu nível de desenvolvimento. A América Latina, por outro lado, tem performance abaixo do esperado. Compromissos políticos a nível regional e internacional teriam impacto positivo substantivo na participação da América Latina no comércio de serviços digitais. Para tanto, não é possível que

cada país simplesmente reproduza o GDPR europeu, mas repense a infraestrutura e a estratégia de integração regional para o fluxo destes dados.

- **Danilo Angelo**
 - ***Tendo em vista a ampla experiência do Instituto Eldorado com pesquisa aplicada para a digitalização da economia, quais os desafios que você nota para a governança de dados***
 - O processo de digitalização na Indústria e o emprego de tecnologias no processo produtivo aumentou exponencialmente o fluxo de dados gerados. Hoje, todo um sistema econômico vem surgindo baseado no comércio, compartilhamento e uso de dados. Este sistema econômico permite maior escalabilidade, com o emprego de menos insumos e sem a restrição de regionalidades. Este cenário gera, portanto, quatro maiores desafios para a governança de dados: i. Assimetria entre o capital humano e o capital de aprendizado de máquina; ii. Assimetria do acesso à tecnologia (evitando o monopólio e fomentando a competição, iii. Riscos inerentes a novos modelos de negócios, iv. Riscos inerentes ao uso e manipulação de dados.

- **Gianni Ricciardi**
 - ***Quais os últimos desenvolvimentos na discussão em governança de dados corporativa e existem paralelos entre o nível micro da empresa e o nível macro das indústrias ?***
 - No início da economia digital, a propriedade e a gestão do uso de dados estava na própria empresa. A governança de dados tinha um espaço circunscrito na própria empresa. A partir da web, no entanto, o dado, passou de produto de uma transação para ser a própria transação, e a empresa perde domínio exclusivo sobre sua governança. Com a Indústria 4.0, dados passarão a ser usados em processos decisórios tanto na cadeia produtiva, como nas interações sociais. A economia baseada em dados exige que o usuário compartilhe inerentemente seus dados pessoais para poder interagir em sociedade, colocando em risco os princípios de privacidade e proteção de dados pessoais. A co-criação na economia digital implica que as empresas abrirão mão de seus dados em prol da inovação.

INTERLÚDIO

- **Andreas Weiss (vídeo input)**
 - ***O que é Gaia-X e quais desafios de governança de dados Gaia-X resolve?***
 - Gaia-X busca abordar questões sobre soberania de dados, disponibilidade de dados e, acima de tudo, governança de dados. Quando falamos sobre governança de dados, é sempre uma pergunta que você tem quando é o proprietário dos dados: se ainda é o controlador destes dados, ainda que os compartilhe. Portanto, precisamos encontrar soluções sobre como concordar com a aplicação organizacional e técnica das políticas de uso. E como estamos falando de um tipo de economia de dados compartilháveis, é sempre uma questão-chave equilibrar a proteção e o uso de dados como incentivo econômico.

 - ***Como funciona o Gaia-X? Qual é o modelo de trabalho? Você poderia reiterar os valores em que Gaia-X se baseia?***
 - Para mobilizar um volume tão grande de dados, precisamos entender que temos que processar dados também na borda da nuvem (*edge processing*) e, portanto, precisamos de cargas de trabalho distribuídas entre provedores distintos com um nível maior de padronização. O modelo de trabalho Gaia-X, baseado no princípio de uma Federação, busca organizar o compartilhamento de dados entre provedores visando distribuir estas cargas de trabalho. Os

chamados Serviços de Federação possuem quatro dimensões principais: identidades soberanas, descrições de serviços, meios de troca de dados soberanos, e aspectos de compliance.

- **Qual é o status de implementação do Gaia-X, e se alguém quiser se envolver nele, como as pessoas poderiam fazer isso?**
- O cenário atual é que já no ano passado a Associação Gaia-X (*Gaia-X European Association for Data and Cloud AISBL*) foi formalmente financiada em Bruxelas. A associação é a principal parte interessada do Gaia-X e seus produtos. Já são mais de 300 membros engajados nesta associação. É uma associação sem fins lucrativos, e as principais entregas são a arquitetura técnica, a estrutura conceitual, políticas e regras. A Associação Gaia-X já possui 15 hubs em toda a Europa e dois hubs na Ásia, na Coreia do Sul e no Japão. Seria ótimo ter outro hub no Brasil, para ter um nível melhor de interação. Há também um conjunto de conselhos consultivos governamentais, também para representar os interesses dos governos. Em 2022 o Gaia-X estará operacional, isto é, todos os artefatos de código serão entregues, mas isso não significa que uma empresa pode simplesmente se conectar ao Gaia-X. É preciso, primeiro, entender o conceito, adotar sua tecnologias e serviços federados, e seguir a orientação do modelo conceitual, bem como todas as outras orientações definidas pela Associação Gaia-X para a comunidade.

2ª RODADA

• Claudio Goldbach

- **Como você chegou a conhecer Gaia-X e por que quis trazer a discussão para o Brasil?**
- Criar um padrão de governança por região não é uma alternativa viável em termos de interoperabilidade de dados. Se a alternativa europeia parece ser mais madura, o Brasil poderia também entrar na discussão sobre Gaia-X, ao invés de pensar um próprio modelo regional. Compartilhar um mesmo modelo participativo parece ser uma alternativa mais viável do que criar um modelo Brasileiro ou regional.

• Danilo Angelo

- **Conhecendo essas iniciativas internacionais, por onde começar a construir um data space brasileiro? Quais os elementos/princípios que você adotaria e por quê?**
- Qualquer customização ao padrão de governança necessária no Brasil é compatível com o ecossistema Gaia-X. O Brasil possui normas e regulações similares as da União Europeia. Portanto, as empresas brasileiras poderiam facilmente conectar-se ao ecossistema existente e compartilhar seus dados sob o mesmo padrão europeu.

• Gianni Ricciardi

- **Qual o papel de normas industriais internacionais na questão de governança de dados? Como podem contribuir para a adoção de sistemas de governança de dados?**
- Padrões técnicos são necessários para estabelecer confiança e assegurar que ambas as partes sigam um mesmo requisito. Em uma economia digital, empresas dificilmente poderão consumir seus negócios fora de um ecossistema de dados, uma vez que não apenas dependem de componentes terceiros para soluções de tecnologia da informação, mas também conduzem negócios com fornecedores e consumidores que não necessariamente seguem um mesmo conjunto de requisitos e padrões. Para tanto, Gaia-X oferece uma camada de recursos exclusiva para fornecedores e consumidores homologados, isto é, que estão em *compliance* com os

mesmos padrões e regulações do ecossistema. Portanto, qualquer produto comercializado poderá adotar o princípio de “*compliance by design*”.

- **Lorrayne Porciuncula**

- **Quais as vantagens na abordagem de sandboxes para a governança de dados?**

- A governança no ambiente digital não é tão simples e estável, portanto, devemos pensar em soluções mais maleáveis e interativas para o desenvolvimento de padrões. É difícil prever a relação entre diferentes sistemas de dados, por se tratar de sistemas complexos. É necessário um instrumento mais ágil para fazer regulação do que aqueles tradicionalmente usados. *Sandboxes* regulatórios podem servir como parte fundamental de uma política regulatória baseada em dados para permitir a formulação de políticas públicas baseadas em evidências de uma maneira ágil, compartilhada e transfronteiriça. *Sanboxes* podem oferecer soluções para as questões relacionadas a lacunas regulatórias sobre a atuação de intermediários de dados ou linhagem de dados.

- **Miriam Wimmer**

- **Qual o papel para o regulador nesse âmbito, e mais específico no contexto brasileiro, qual seriam possíveis futuras atribuições para a ANPD?**

- Quando discutimos próximos passos regulatórios, diferentes instrumentos (leis, normas, estratégias, padrões industriais, *sanboxes* etc.) podem ser colocados a serviço do favorecimento de um ambiente no qual os dados sejam compartilhados de forma confiável e segura. No Brasil, essa discussão se encontra um pouco incipiente, por isso é difícil pensar o papel da ANPD neste contexto. O papel da ANPD hoje é dar concretude aos componentes da LGPD e ajudar a construir fluxos de dados pessoais de forma segura e confiável. Certamente, a ANPD tem um papel a assegurar na discussão sobre governança de dados, seja pelo fomento a medidas técnicas e organizacionais para assegurar que o dado esteja sendo tratado de maneira adequada, ou mecanismos auto-regulatórios de incentivo a boas práticas de governança.

RESULTADOS DA RODADA INTERATIVA

- **Qual o maior desafio para a gestão de dados no Brasil hoje?**



▪ **Quais princípios são essenciais para um espaço de dados no Brasil?**



▪ **Como o FIB pode ajudar a desenvolver um espaço de dados no Brasil?**